



Aprendizagem e intercâmbio entre pares
29 e 30 Junho 2021

Oportunidades para coordenar a integração de gênero e mudança climática no orçamento e finanças



Sessão 3: Grupos de Trabalho

A implementação da orçamentação para o clima sensível ao gênero (OCSG) consiste num leque de possíveis acções em todo o ciclo orçamental, conforme ilustrado na Figura 1 em baixo. O sucesso da OCSG depende da existência de condições favoráveis que apoiam a devida dupla integração do género e das alterações climáticas na gestão das finanças públicas. De acordo com um estudo pela OCDE (2014) sobre a experiência da integração, as condições favoráveis incluem a liderança política; um quadro estratégico; um bom diálogo político; orientações e instrumentos claros; incentivos e responsabilização; recursos financeiros e humanos; e uma cultura de aprendizagem. Estas encontram-se ilustradas na Figura 2 em baixo. A sessão de trabalho em grupo proporciona uma oportunidade para os participantes discutirem estas condições em grupos restritos, recorrendo às experiências dos seus respectivos países.

Figura 1: A OCSG em todo o ciclo orçamental



Fonte: CABRI 'Oportunidades para a coordenação da integração do género e das alterações climáticas nos orçamentos e nas finanças.' 2021

Figura 2: Condições favoráveis à integração das prioridades transversais



Fonte: OCDE 'Mainstreaming Cross-Cutting Issues: Seven Lessons from DAC Peer Reviews.' 2014

Identifique **uma** fase do ciclo orçamental em que quer focar e prepare respostas a um conjunto de perguntas abaixo. As perguntas servem de orientação para os debates nas sessões do grupo de trabalho. Visto que cada país tem uma experiência diferente em relação à OCSG, queira seleccionar o conjunto de perguntas mais relevantes para o seu país.

1. Planeamento estratégico

- 1.1. Existe uma liderança/empenho político claro e consistente em relação à inclusão das alterações climáticas e/ou do género nas políticas e nos planos? Especifique os tipos de planos (trata-se de planos anuais ou plurianuais)? Como é manifestado este empenho? Ex. em discursos, nos documentos públicos-chave, nos meios de comunicação, etc.
- 1.2. Quão inclusivo tem sido o diálogo político subjacente a estes planos? Os beneficiários ou seus representantes (ex. grupos de mulheres, grupos de camponeses) tiveram a oportunidade de se pronunciar ou de contribuir para a formulação destes planos?
- 1.3. Estes planos baseiam-se nas lições extraídas/experiências obtidas de planos anteriores?
- 1.4. Existe qualquer mecanismo no ciclo orçamental que exige que os ministérios de tutela associem os seus programas de despesa às estratégias relativas ao clima e/ou ao género?
- 1.5. As estratégias e planos integram uma declaração das implicações financeiras? Se integrarem, será que essa identifica as eventuais fontes de financiamento (ex. orçamento, parceiros internacionais, sector privado ...)? Estas são utilizadas primordialmente para a mobilização de novos fundos ou identificam oportunidades para melhorar a utilização das verbas já existentes no orçamento?

2. Formulação e aprovação do orçamento

- 2.1. Até que medida são as orientações ou circulares orçamentais sensíveis ao género e/ou ao clima?
- 2.2. Que incentivos existem, se existirem, para os ministérios sectoriais fazerem referência a questões de género e/ou das alterações climáticas aquando da apresentação dos seus orçamentos? Existem quaisquer provas de que os ministérios sectoriais consideram que estes incentivos privilegiam os programas que contribuem para o clima e/ou para o género nas negociações relativas aos orçamentos? Que medidas devem ser tomadas para que isto aconteça?
- 2.3. O seu país está a implementar reformas orçamentais (ex. em matéria da orçamentação por programas)? Se estiver a implementá-las, será que isso facilitará a introdução de incentivos para reconhecer as contribuições para o clima e para o género? Quanto tempo é que isto demorará?
- 2.4. Existem capacidades suficientes de recursos humanos para integrar o género e/ou o clima nos orçamentos?
- 2.5. Será que existem orientações claras para a apresentação de relatórios durante as negociações orçamentais em relação à despesa total no clima e/ou no género nas submissões orçamentais? (Isto, presumivelmente, requereria marcadores no software orçamental.)
- 2.6. Até que medida estão as questões do clima e/ou o género integradas nos processos de Gestão do Investimento Público? Será que as regras relativas aos projectos de investimento público exigem que se especifique como contribuem para o clima e para o género?

3. Execução orçamental

- 3.1. Existem quaisquer provas de que os desafios na execução orçamental (ex. a nível das taxas de desembolso) são superiores (ou inferiores) em relação aos programas para a clima e/ou o género? Nessa eventualidade, isto é reconhecido? E será que qualquer consideração foi dada a dar resposta às questões particulares relativas ao clima e/ou ao género?
- 3.2. Existem orientações claras em matéria das aquisições verdes e/ou sensíveis ao género?
- 3.3. Existem quaisquer incentivos para realizar estes tipos de aquisições?

4. Contabilidade e rastreio

- 4.1. Existem orientações ou metodologias claras para rastrear a execução orçamental nos domínios do género e/ou do clima? (ex. o que conta como despesa para o clima ou para o género)
- 4.2. É utilizado um sistema de marcação relativo ao clima e/ou sensível ao género? Trata-se de um exercício manual ou está integrado no Sistema de Informação para a Gestão Financeira?
- 4.3. Se existirem sistemas para o rastreio tanto do género como do clima, será que utilizam os mesmos métodos (ex. o sistema de classificação, as responsabilidades institucionais, reporte, etc.)? Existe qualquer intercâmbio de experiências e conhecimentos entre a marcação do género e do clima?
- 4.4. Qual é a abrangência dessa marcação, ex. abrange apenas alguns sectores, abrange toda a despesa pública, a saber os níveis descentralizados?
- 4.5. Existem recursos humanos e financeiros suficientes para esta marcação?
- 4.6. Existem quaisquer incentivos para incentivar essa marcação?
- 4.7. Existe, ou está planeado, qualquer trabalho em relação à orçamentação para os ODS? Será que isto permitirá destacar a importância da dupla integração do clima e do género, ou será que irá diluir a atenção para o clima e para o género?

5. Auditoria e avaliação

- 5.1. Existem estruturas parlamentares específicas (ex. comissões parlamentares) para facilitar a análise parlamentar? Possuem Termos de Referência claros que exigem a integração do clima e do género? Se o parlamento aprova o orçamento, será que existem provas relativas à parcela da despesa destinada ao clima e/ou ao género nos quadros orçamentais objecto de debate?
- 5.2. Quão forte é a liderança parlamentar no domínio do escrutínio orçamental?
- 5.3. Até que medida existe a responsabilização relativa ao escrutínio orçamental? A sociedade civil, designadamente os grupos de mulheres e de defesa do clima, participa no processo de escrutínio orçamental? As OSC revelam-se mais activas no domínio do género ou do clima? Existe uma sobreposição ou permuta de OSC que actuam nos domínios do género e do clima?
- 5.4. Existe um diálogo político contínuo entre o parlamento e o governo em relação ao orçamento, designadamente relativamente à integração do género e/ou do clima?
- 5.5. O parlamento demonstra que tirou lições de escrutínios anteriores?